



CERVEIRA
VILA DAS ARTES

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA 2022-2025

logframe



FICHA TÉCNICA

Título

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira 2022-2025

Entidade Promotora



Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

Praça do Município 4920-284 Vila Nova de Cerveira

<https://www.cm-vncerveira.pt/>

Documento elaborado por

logframe



Logframe, Consultoria e Formação, Lda.

Rua Sousa Pinto, 5, Lote 3, Bloco A

1250-002 Lisboa

www.logframe.pt

Colaboração



Rede Social de Vila Nova de Cerveira

Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

17 de Março de 2022

Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

Índice

1.	Nota introdutória.....	4
2.	Rede Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira.....	5
2.1.	Natureza jurídica.....	5
2.2.	Localização.....	6
2.3.	Áreas de atuação	7
3.	Processo metodológico	8
4.	Síntese diagnóstica	10
4.1.	Saúde.....	11
4.2.	Educação	14
4.3.	Emprego e Formação Profissional	16
4.4.	Pessoas Idosas	18
4.5.	Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	20
5.	O Plano Estratégico de Intervenção Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira (2022-2025)	23
5.1.	Eixos estratégicos de intervenção social.....	26
5.2.	Matrizes de planeamento.....	32
5.3.	Oportunidades e desafios à implementação do PDS	42
6.	Implementação e Avaliação do PDS.....	46
6.1.	Implementação do PDS do Concelho de Vila Nova de Cerveira.....	46
6.2.	Avaliação do PDS do Concelho de Vila Nova de Cerveira	48
7.	Referências Bibliográficas e sites consultados.....	51

1. Nota introdutória

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Vila Nova de Cerveira é, à semelhança do Diagnóstico Social, um dos produtos elaborados no âmbito do Programa Rede Social.

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, encontra-se previsto que através do Programa Rede Social se *“fomente a solidariedade social, se otimizem as diferentes capacidades de resposta e se adaptem, com base nessa dupla dinâmica, as novas medidas de política social que se vão tornando necessárias e possíveis”*, preferencialmente *“sem a criação de novos organismos nem aumento, significativo, de despesas”*.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) vem assim contribuir para o incremento do número de projetos locais, o que apenas é possível mediante a congregação e gestão eficiente dos próprios recursos e capacidades das organizações que intervêm no concelho. Os projetos locais constituem-se como uma resposta que irá, potencialmente, contribuir para a resolução dos problemas sociais, identificados previamente no Diagnóstico Social, permitindo o enquadramento de todas as intervenções a serem implementadas no âmbito do desenvolvimento social.

O Plano para além de ser a materialização de uma definição conjunta de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, é, ele próprio, um instrumento de planeamento, onde se encontram definidas as etapas e as estratégias a desenvolver em resposta às necessidades identificadas pelos atores locais e onde se encontram previstos processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

A definição do quadro estratégico do concelho de Vila Nova de Cerveira para 2022-2025, no âmbito do desenvolvimento e intervenção social, irá permitir:

- Orientar os processos de desenvolvimento social local, conferindo-lhes uma racionalidade estratégica;
- Reforçar a articulação entre políticas locais e políticas nacionais, com ganhos de eficácia e eficiência na aplicação de ambas;
- Dar continuidade e incrementar a relação de parcerias e sinergias entre atores locais, com vista à promoção de processos de intervenção social local mais consequentes e impactantes;
- Dotar o território e os seus atores de um instrumento de planeamento útil que permita enquadrar e justificar novos projetos e candidaturas a fontes de financiamento externas.

O presente documento encontra-se organizado em 5 capítulos. O primeiro capítulo permite uma caracterização sumária da Rede Social e do âmbito de atuação das entidades parceiras. O segundo capítulo centra-se no processo metodológico realizado para a construção do PDS. O terceiro capítulo aborda, de uma forma resumida, os problemas e necessidades identificadas como prioritárias no Diagnóstico Social. O quarto capítulo explora os eixos estratégicos e as suas respetivas medidas e, por último, o quinto capítulo é reservado para a implementação e avaliação do Plano.

2. Rede Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira

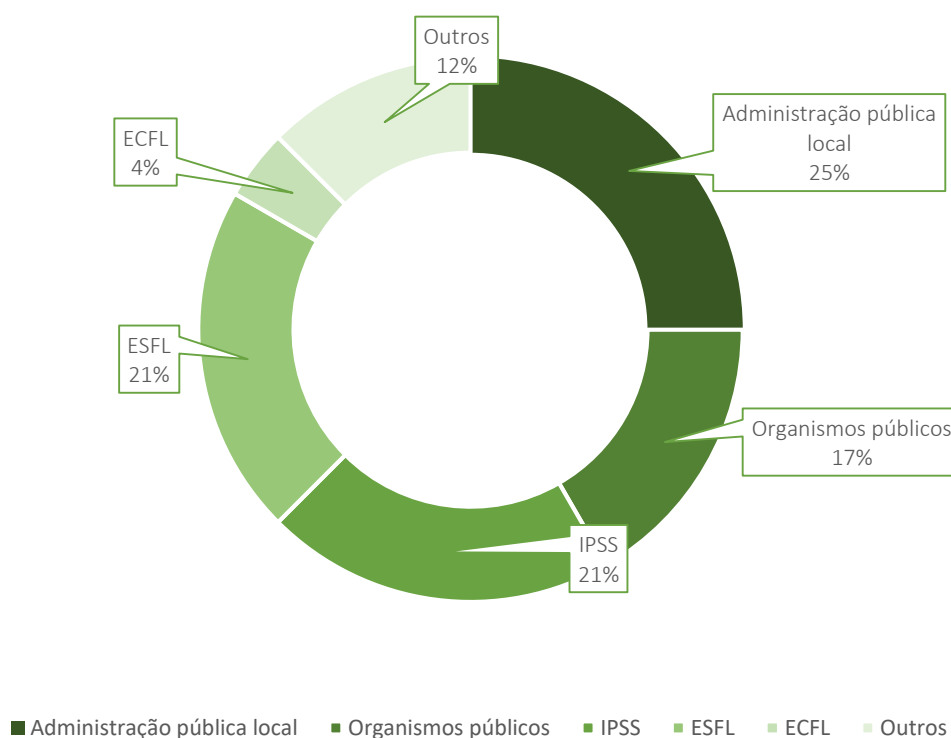
A Rede Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira encontra-se materializada através do Conselho Local de Ação Social e pelo respetivo Núcleo Executivo.

O Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Cerveira (CLAS) foi constituído em 19 de julho de 2002, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197 de 18 de novembro de 1997 e de acordo com as alterações introduzidas quer pela Declaração de Retificação n.º 10-0/98, quer pelo Decreto-Lei 115/2006 de 14 de junho.

Em janeiro de 2022 encontravam-se representadas 48 entidades parceiras no Plenário do CLAS, sendo o mesmo presidido pela Vereadora de Ação Social da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira.

Seguidamente apresenta-se uma caracterização sumária das entidades parceiras do CLAS no que respeita à sua natureza jurídica, localização e áreas de intervenção.

2.1. Natureza jurídica

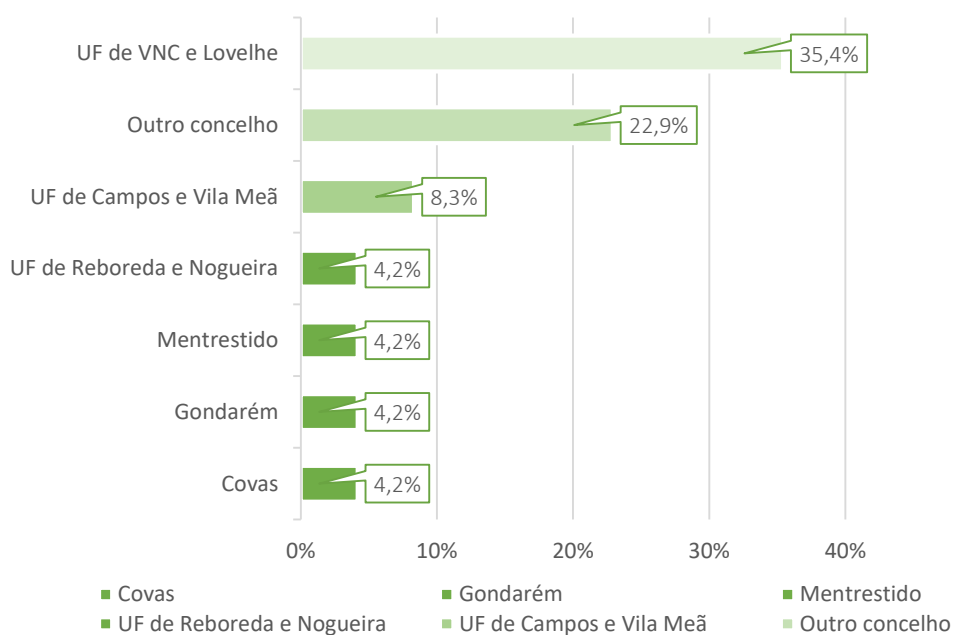


No que respeita à natureza jurídica das entidades parceiras que constituem a Rede Social de Vila Nova de Cerveira, verifica-se uma predominância de **Entidades da Administração Pública Local** (representantes de Juntas de Freguesias e Uniões de Freguesias), bem como de **Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL)** (Associações diversas, Conferências Vicentinas, Cooperativas, Sociedades, entre outras organizações) e de **Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)**. Em quarto lugar encontram-se os Organismos Públicos (como por exemplo, o Agrupamento de Escolas, o Centro de Saúde de Vila Nova de Cerveira, o IEFP, o Centro Distrital da Segurança Social) seguido das

entidades categorizadas na dimensão “outros” (são exemplo destas entidades, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Escola Superior Gallaecia, o Núcleo Florestal do Alto Minho, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Cerveira). As Entidades Com Fins Lucrativos (ECFL) são as que têm menor representação na Rede Social.

2.2 Localização

Devido ao facto de as entidades parceiras da Rede Social de Vila Nova de Cerveira atuarem em diferentes âmbitos territoriais (freguesia, concelho ou mesmo distrito e região), a sua caracterização foi realizada através da localização da sua sede institucional.



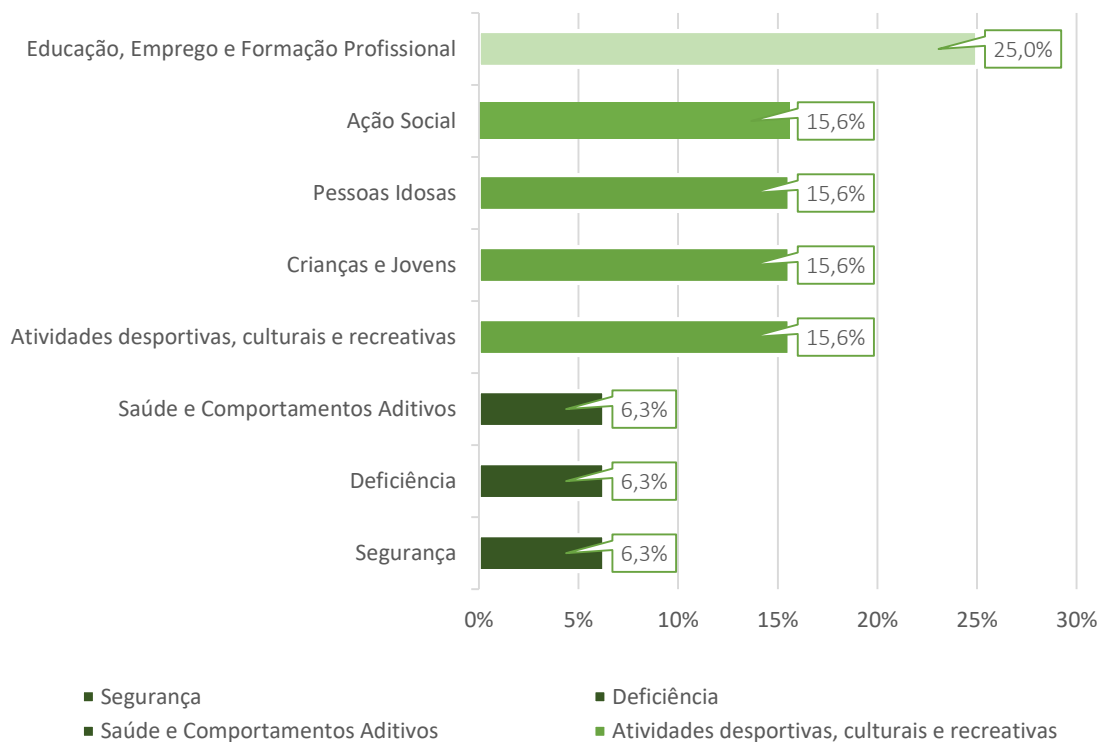
A maioria das entidades parceiras da Rede Social de Vila Nova de Cerveira encontra-se sediada na União de freguesias de **Vila Nova de Cerveira e Lovelhe** (35,4%) e em **outro concelho** (22,9%), nomeadamente Valença e Viana do Castelo. A União de freguesias de **Campos e Vila Meã** encontra-se na terceira posição, com 4 entidades nela sediadas, seguida das freguesias de **Covas, Gondarém, Mentrestido** e da União de freguesias de **Reboreda e Nogueira**, com 2 entidades parceiras sediadas em cada uma.

As restantes entidades parceiras encontram-se sediadas na União de freguesias de Candemil e Gondar e nas freguesias de Cornes, Loivo, Sapardos e Sopo (com 1 entidade parceira sediada em cada uma).

2.3 Áreas de atuação

As entidades parceiras da Rede Social de Vila Nova de Cerveira foram categorizadas, no que respeita à sua intervenção, nas seguintes áreas: Pessoas idosas; Crianças e jovens; Deficiência; Ação Social; Educação, Emprego e Formação Profissional; Atividades desportivas, culturais e recreativas; Segurança; Saúde e Comportamentos aditivos. Não foram contempladas na análise as entidades da Administração Pública Local, a ADRIMINHO, a APFVM - Ass. Produtores Florestais Vale do Minho, a ADSL - Associação de Desenvolvimento Social Local Vila Nova de Cerveira, o Núcleo Florestal do Alto Minho e a Graça Ferreira.

As entidades que atuam em mais do que uma área de intervenção foram contempladas em todas as categorias em que se enquadram.



A maioria das entidades parceiras desenvolve a sua ação na área da **“Educação, Emprego e Formação Profissional”** (25%, 8 entidades).

As áreas da **“Ação Social”**, **“Pessoas Idosas”**, **“Crianças e Jovens”** e **“Atividades desportivas, culturais e recreativas”** são as segundas com maior representatividade (15,6%, 5 entidades por cada área).

As áreas de intervenção com menor representatividade na rede de parceiros são **“Deficiência”**, **“Saúde e comportamentos aditivos”** e **“Segurança”** (6,3%, 2 entidades por cada área).

3. Processo metodológico

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Cerveira, surge em sequência da elaboração do Diagnóstico Social de Vila Nova de Cerveira 2021, sendo ambos parte integrante de um processo de planeamento da intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio.



Tal como preconizado no Programa da Rede Social, o presente PDS desenvolve-se a partir do Diagnóstico Social elaborado, tendo assim como base as prioridades e linhas estratégicas de intervenção local definidas nesse documento.

Nesta linha, a metodologia utilizada na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Cerveira foi concebida e executada, à semelhança da metodologia utilizada para a realização do Diagnóstico Social, tendo por base dois tipos de informação distinta e complementar entre si – as perceções dos profissionais que trabalham nas diversas áreas de âmbito social e a informação que consta em planos de incidência territorial (nacional, regional e concelhia).

É já reconhecido, no âmbito do trabalho em parceria desenvolvido no concelho de Vila Nova de Cerveira, que é através de processos de articulação e partilha entre as entidades e os atores que intervêm no âmbito social, que melhor se identificam as necessidades e dimensões dos problemas sociais existentes no território, como também se equacionam as soluções que melhor poderão responder aos mesmos.

Assim, o processo de construção do PDS incidiu numa dinâmica de participação com as várias estruturas organizativas que integram a Rede Social. Foi desenvolvido 1 *workshop* presencial de planeamento de âmbito concelhio e temático, abordando sobretudo as áreas prioritárias definidas em sede de Diagnóstico Social (Envelhecimento, Deficiência, Infância e Juventude, Saúde e Emprego e Formação Profissional). Posteriormente, o trabalho desenvolvido no *workshop* foi disponibilizado através de quadros virtuais (*padlets*), o que permitiu que mais atores locais pudessem participar na identificação e aprofundamento de medidas / ações a considerar no presente PDS, em cada área temática.



Tendo como ponto de partida as áreas identificadas no Diagnóstico Social como prioridades de intervenção e os problemas/necessidades associados às mesmas, foram elaborados objetivos que se encontram subjacentes às soluções propostas, tendo sido estas operacionalizadas através da definição de medidas/ ações prioritárias. Também foi reforçada a dimensão estratégica do PDS, tendo sido enumerado para cada objetivo e/ou ação prioritária os recursos e as entidades envolvidas para a sua execução, bem como a forma de os alcançar (estratégias), contemplando inclusive os fatores que podem ser facilitadores (potencialidades) ou limitadores (ameaças) do seu sucesso. A dimensão de monitorização e avaliação também se encontra contemplada através da definição dos indicadores de realização para cada medida / ação prioritária.

4. Síntese diagnóstica

A atualização do Diagnóstico Social do concelho de Vila Nova de Cerveira, cujo documento foi aprovado em novembro de 2021, permitiu uma maior e melhor compreensão da realidade social do território, com a identificação de necessidades, problemas prioritários e suas causalidades, mas também permitiu identificar recursos e potencialidades locais, que se constituem como oportunidades de desenvolvimento.

No entanto, é importante ter em consideração a realidade desde março de 2020. O impacto da pandemia no contexto socioeconómico – no emprego, na saúde física e mental, na educação e na condição económica das famílias é incontornável. Estudos realizados recentemente corroboram que a pandemia COVID-19 veio acentuar o agravamento de desigualdades sociais de alguns grupos populacionais. Também na esfera dos atores locais, esse agravamento de desigualdades é percecionado, bem como são identificadas outras consequências da pandemia na esfera social, económica e psicológica da vida dos indivíduos e das famílias, as quais poderão ter contribuído para o aumento de situações de violência doméstica, negligência e aumento dos consumos. É urgente refletir sobre a resposta das entidades locais aos desafios decorrentes desta crise, nomeadamente no apoio social aos grupos mais vulneráveis.

Nesta síntese diagnóstica iremos apresentar para cada área prioritária identificada no Diagnóstico Social, uma breve contextualização, onde constam os dados de caracterização atualizados, e um resumo dos principais problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais.



4.1. Saúde

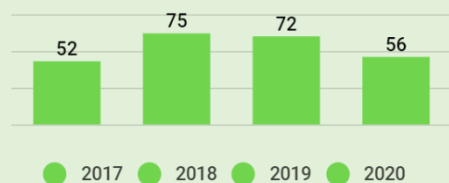
Na última década registou-se sempre, em Vila Nova de Cerveira, um maior número de habitantes por médico, do que em Portugal ou na região Norte, verificando-se em 2020 que no concelho existia 1 médico para cada 342,5 residentes, quando a nível nacional essa proporção é de 1 médico para 180 residentes. Apesar disso, verifica-se que a maioria dos inscritos no Centro de Saúde tem médico de família atribuído (83,1%) ainda que não esteja a totalidade dos inscritos coberta.

De acordo com os indicadores de saúde disponíveis por município, verifica-se que em 2020 foram registados 56 nados-vivos no território, número esse que tem vindo a diminuir desde 2018. Ao nível dos óbitos registados, estes foram 127 em 2020, valor igual ao registado em 2019. As principais causas de morte na ULS Alto Minho são: doenças do aparelho circulatório, tumores malignos e doenças do aparelho respiratório. Apesar de não ser tão expressiva como causa de morte, regista-se um aumento de óbitos por transtornos mentais e comportamentais no concelho, o que também se observa a nível nacional e na Região Norte.

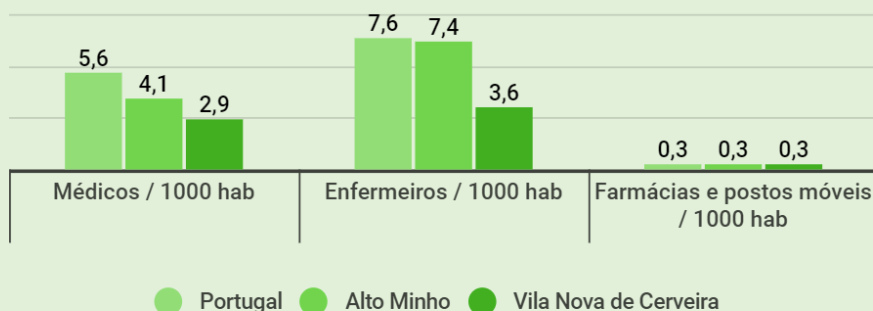
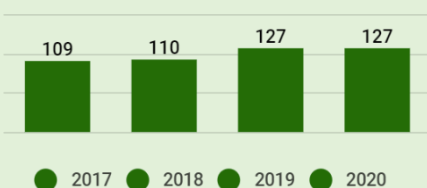
Ao nível da Saúde Mental, e apesar dos escassos dados disponíveis, verifica-se na Região Norte um aumento da proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas desde 2011. Em 2018 a ARS Norte apresentava uma proporção de 11,1% de utentes com registo de perturbações depressivas, 7% com registo de perturbações de ansiedade e 0,8% com registo de demência. De acordo com o Plano Local de Saúde do Alto Minho – extensão 2020, a taxa de mortalidade prematura por suicídio entre 2001 e 2010, na Região do Alto Minho aumentou, situando-se acima da taxa de Portugal continental e da Região Norte.

Um dos fatores que pode contribuir para a crescente identificação de problemas de saúde mental, é o consumo de substâncias lícitas e ilícitas e as dependências decorrentes destes mesmos consumos. Em 2015, a proporção de utentes inscritos na ULS Alto Minho, por diagnóstico ativo relacionado com os consumos e dependências era de 1,7% por abuso crónico de álcool e de 0,3% de utentes por abuso de drogas.

Nados-vivos em Vila Nova de Cerveira:



Óbitos em Vila Nova de Cerveira:



(2020)

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira de 2021, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito da saúde:

4.1.1. Falta de respostas ao nível da saúde mental

Os atores sociais identificaram que face ao número de pessoas com perturbações, as **respostas locais são insuficientes, não tendo capacidade efetiva e adequada de resposta**. Este aspeto leva a uma **sobrecarga de cuidadores informais**, bem como a integração em **respostas sociais inadequadas** face às patologias, mas que são as que existem com capacidade de integração para algumas destas pessoas. Ainda ao nível de respostas é referido que faltam respostas comunitárias que garantam um **acompanhamento especializado regular e de fácil acesso** às populações.

É identificada ainda a existência de cuidadores (formais e informais) que deveriam beneficiar de **formação e aquisição de conhecimento específico ao nível da saúde mental**, levando a que a sua sobrecarga não fosse tão gravosa para a sua própria qualidade de vida. Para isso, medidas como a constituição e reforço de redes de apoio, formação especializada e respostas de apoio aos cuidadores informais são algumas das sugestões identificadas pelos atores locais.

De uma forma transversal, é ainda identificada a necessidade de **programas de educação para a saúde, programas de prevenção e de promoção de um estilo de vida saudável**, já que fatores potenciadores da doença mental como isolamento, envelhecimento da população, consumo de estupefacientes, vulnerabilidade económica e outros, estão presentes no território.

4.1.2. Aumento dos Consumos/dependências

Os consumos e dependências é outro aspeto salientado pelos atores sociais, relacionando o aumento destes comportamentos com aspetos como o desemprego, a iliteracia em saúde, situações de vulnerabilidade e carência económica, bem como o fácil acesso a estas substâncias lícitas e ilícitas e a banalização do seu consumo.

O investimento em **programas de prevenção e literacia em saúde** à comunidade, e nomeadamente no meio escolar, são apontadas como necessidades locais.

4.1.3. Dificuldade no acesso aos serviços de saúde

É ainda identificada a **dificuldade de acesso aos serviços de saúde** existentes, a qual decorre principalmente por três motivos: Insuficiente rede de transportes públicos; Incapacidade, de parte da população, em se mobilizar autonomamente, seja pela sua idade, dificuldades motoras, ou porque não tem suporte familiar ou social; e por constrangimentos decorrentes da própria pandemia.

Novamente o reforço da rede de transportes e a sua adaptação às necessidades específicas de parte desta população, surge como uma necessidade sentida no território, sendo ainda identificadas a necessidade de promover uma maior articulação entre entidades com intervenção no território que possam realizar o acompanhamento a consultas / outras diligências na área da saúde, bem como a implementação de soluções de proximidade e contacto não -presencial, em articulação com atores locais e órgãos autárquicos.

Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área da Saúde:

Falta de respostas ao nível da saúde mental

- Insuficiência de respostas sociais para pessoas com doença mental
- Funcionamento e serviços prestados desadequados face às necessidades
- Sobrecarga e desconhecimento técnico dos cuidadores
- Promoção de Programas de educação para a saúde e de uma vida saudável

Aumento dos consumos / dependências

- Aumento de fatores potenciadores de consumos /dependências
- Promoção de programas de prevenção e literacia em saúde

Dificuldade no acesso aos serviços de saúde

- Acentuados por constrangimentos provocados pela pandemia
- Por uma insuficiente e inadaptada rede de transportes
- Por população específica sem rede de suporte ou familiar ou com dificuldades de mobilidade

4.2. Educação

O nível de escolaridade da população residente no concelho de Vila Nova de Cerveira tem vindo a aumentar na última década. Entre 2011 e 2021 registou-se um aumento do número de pessoas residentes no concelho com o ensino secundário e com o ensino superior, bem como uma diminuição do número de pessoas sem nenhum nível de escolaridade e com o 1º ciclo do ensino básico.

No ano letivo 2020/21, aproximadamente 5 jovens entre os 18 e os 22 anos, por cada 100 jovens com a mesma idade residentes no concelho, encontravam-se inscritos num curso de formação inicial do ensino superior. Este foi o valor mais elevado dos últimos cinco anos letivos, em Vila Nova de Cerveira.

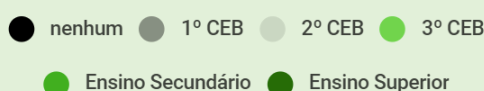
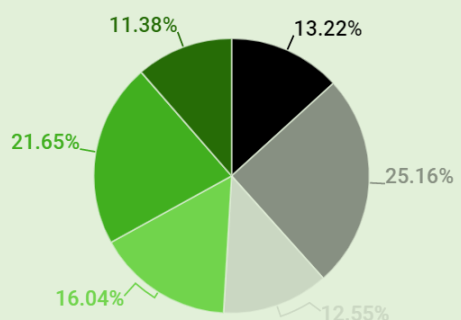
No que respeita à taxa de escolarização no ensino secundário em Vila Nova de Cerveira, no ano letivo 2019/2020, cerca de 77 jovens, por cada 100 jovens entre os 15 e os 17 anos encontrava-se matriculado no ensino secundário. Este valor é superior quando comparado com o ano letivo anterior, mas inferior ao registado nos anos letivos passados (desde 2011/2012).

A taxa de escolarização no ensino básico, registada no concelho, é elevada. No ano letivo 2019/2020 cerca de 110 crianças, por cada 100 crianças entre os 6 e os 14 anos encontrava-se matriculada no ensino básico. O mesmo se verifica ao nível da taxa de pré-escolarização, no mesmo ano letivo, aproximadamente 122 crianças, por cada 100 crianças entre os 3 e os 5 anos, encontrava-se matriculada no ensino pré-escolar em Vila Nova de Cerveira.

No concelho existem 3 equipamentos de educação pré-escolar da rede pública e um da rede solidária. Em 30 de dezembro de 2021 nenhum dos equipamentos da rede pública apresentava taxa de ocupação superior a 32%.

População residente em Vila Nova de Cerveira por nível de escolaridade concluído

(Censos 2021)



Taxa de escolarização no ensino superior (2020/2021):

4,7%

Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (2019/2020):

76,9%

Taxa bruta de escolarização no ensino básico (2019/2020):

110,5%

Taxa bruta pré-escolarização (2019/2020):

121,6%

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira 2021, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito da Educação:

4.3.1 Desvalorização da escola pela família

Algumas das famílias residentes no concelho não valorizam o percurso escolar como seria expectável, segundo a perceção dos atores locais. Mais especificamente, estes consideram que o **ensino profissional**, mesmo no ensino secundário, é ainda pouco valorizado pelos jovens e suas famílias.

4.3.2 Insuficiência de respostas sociais / de acompanhamento

Ainda no âmbito da educação foi identificada a necessidade de existirem mais estruturas de acompanhamento a crianças e jovens, nomeadamente ao nível da resposta de **Creche** e de **Centro de Atividades de Tempos Livres**, principalmente para jovens com mais de 12 anos de idade e em períodos de interrupções letivas.

Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área da Educação:

Insuficiência de respostas sociais / de acompanhamento

- Nomeadamente em Creche e CATL
- Para crianças com mais de 12 anos em períodos de interrupção letiva

Desvalorização da escola pela família

- Especificamente do ensino profissional (equivalência ao ensino secundário e no ensino superior)

4.3. Emprego e Formação Profissional

Vila Nova de Cerveira apresenta uma forte dinâmica económica e social, com um número significativo de indústrias e empresas sediadas no seu parque empresarial, o que tem contribuído para a promoção da atividade económica e para a criação de emprego no território.

O concelho destaca-se como o que apresenta maior número de ofertas de trabalho da região devido ao crescimento do setor automóvel, naval e alimentar. Ainda assim, continuam a existir situações de desemprego no concelho, as quais sofreram um agravamento devido ao impacto da crise pandémica.

Em maio de 2020 registou-se o maior número de pessoas inscritas no Centro de Emprego (324 inscritos), o qual foi diminuindo até novembro de 2020, mês em que se encontravam inscritas 253 pessoas. Desde dezembro de 2020 o número de inscritos tem vindo a oscilar, tendo sido registado o maior número em dezembro de 2020, fevereiro e outubro de 2021 (271, 270 e 270 inscritos, respetivamente) e o menor número em junho de 2021 (240 inscritos).

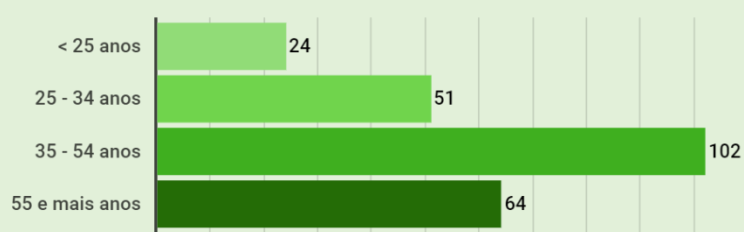
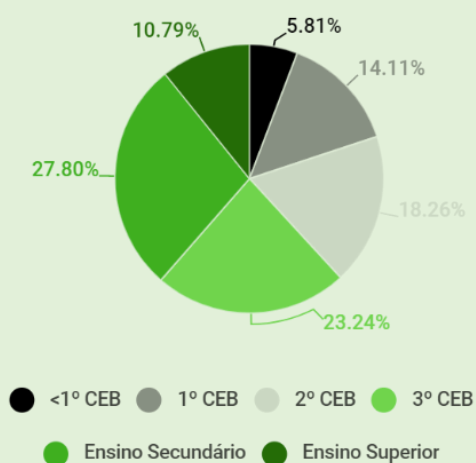
Em novembro de 2021, encontravam-se inscritas no referido Centro de Emprego 241 pessoas, na sua maioria com inscrição feita há menos de 1 ano (136 pessoas), à procura de novo emprego (225 pessoas) e com idade compreendida entre os 35 e os 54 anos e com mais de 55 anos (102 pessoas e 64 pessoas, respetivamente). No que respeita ao nível de escolaridade concluído, a maioria das pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego tinham o ensino secundário (67 pessoas) e o 3º Ciclo do Ensino Básico (56 pessoas).

A situação pandémica teve também impacto ao nível da oferta formativa (ações de informação) realizada pelo Gabinete de Inserção Profissional. No ano 2020 registou-se um decréscimo acentuado do número de ações realizadas comparativamente com os anos anteriores (2016, 2017 e 2018).

Pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego de Vila Nova de Cerveira

(novembro 2021)


241



De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira 2021, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito do Emprego e Formação Profissional:

4.3.1 Desemprego em grupos populacionais específicos

Segundo a perceção dos atores sociais locais verificam-se situações de desemprego em pessoas com baixas qualificações, com idades avançadas (principalmente com mais de 55 anos de idade) e em pessoas com qualificações superiores.

4.3.2 Desajuste entre oferta formativa e as ofertas de emprego existentes

As ofertas existentes ao nível do mercado de trabalho são diversas, algumas bastante especializadas e que exigem um perfil específico de trabalhador (como por exemplo, soldadura). Atualmente, os atores sociais consideram que a oferta formativa existente no concelho (escolar e profissional) não contempla, de forma abrangente, as necessidades específicas de mão de obra, requeridas pelo mercado de trabalho local. A procura de respostas formativas fora do concelho de Vila Nova de Cerveira, poderá contribuir para a dificuldade de fixação da população mais jovem no território.

Destacam-se ainda como fatores que poderão contribuir para o desemprego e para a baixa formação profissional, a fragilidade da **rede de transportes públicos**, nomeadamente devido aos horários e abrangência territorial e a dificuldade em aceder a **habitação a custos acessíveis**, levando a que a população mais jovem procure respostas habitacionais em concelhos vizinhos. Esta dificuldade tem contribuído igualmente para a não fixação da população jovem no território.

Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área Emprego e Formação Profissional:

Desemprego em grupos populacionais específicos

- Nomeadamente em: pessoas com baixas e elevadas qualificações e pessoas com idade avançada

Desajuste entre oferta formativa e as ofertas de emprego existentes

- Necessidade de se identificarem as necessidades do mercado de trabalho e de se investir numa oferta formativa (escolar e profissional) adequada às necessidades das empresas do concelho
- Potenciais fatores para o desemprego e não fixação da população no território

4.4. Pessoas Idosas

Nas últimas duas décadas, o número de pessoas residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira com idade igual ou superior a 65 anos tem vindo a aumentar gradualmente, bem como a sua representatividade face à totalidade da população. De acordo com os resultados provisórios dos censos de 2021, residiam no concelho 2.412 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, que representavam 27,03% da população residente.

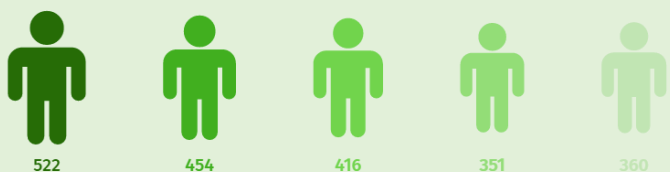
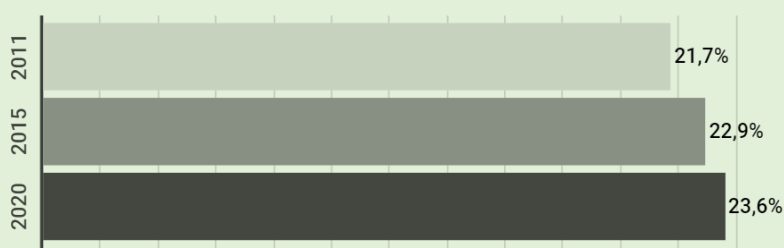
O aumento populacional das pessoas idosas tem-se refletido de forma mais acentuada no sub-grupo etário das pessoas com idade igual ou superior a 85 anos. Entre 2011 e 2020 o número de pessoas com 85 e mais anos, residentes no concelho, aumentou 74%. A prevalência de doenças crónicas e as situações de dependência tendem a aumentar com a idade, pelo que o aumento progressivo de pessoas mais idosas poderá apresentar-se como um desafio no âmbito dos cuidados de saúde e sociais a pessoas desta faixa etária.

Os Índices de Dependência de Idosos e de Envelhecimento também têm aumentado gradualmente desde 2011. No ano 2020, residiam no concelho aproximadamente 36 pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos). No mesmo ano, por cada 100 crianças e jovens (até aos 14 anos) residiam aproximadamente 207 pessoas com 65 e mais anos. Embora sejam valores inferiores aos registados na região do Alto Minho, são superiores aos registados na Região Norte e em Portugal, refletindo uma tendência acentuada de envelhecimento da população residente no concelho.

Embora os dados referentes ao número de pessoas com 65 e mais anos, que residem sozinhas, sejam referentes a 2011, considera-se como indicador relevante no âmbito do envelhecimento. Nesse mesmo ano, 2.014 pessoas com 65 e mais anos residiam sozinhas (20,6%), a maioria das quais residia na freguesia de Covas (58 pessoas) e na União de freguesias de Campos e Vila Meã (47 pessoas) sendo na sua maioria do sexo feminino (77,6%).



% de população com 65 e mais anos na população residente:



2020

Índice de Envelhecimento - 204,7
Índice de Dependência de Idosos - 36,4

● 65-69 anos ● 70-74 anos ● 75-79 anos ● 80-84 anos ● + 85 anos

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira 2021, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito do Envelhecimento:

4.4.1. Isolamento social das Pessoas Idosas

O isolamento dos idosos foi destacado como sendo um problema transversal a todo o território, embora com especificidades distintas de acordo com a zona geográfica. Em zonas rurais, os atores consideram que a **rede de transportes é insuficiente**, seja ao nível dos percursos existentes, horários praticados e acessibilidade dos mesmos para pessoas com mobilidade reduzida, condiciona a deslocação e o acesso a serviços por parte da população mais idosa. Em zonas urbanas, a dificuldade de acesso deve-se a **barreiras** existentes nos edifícios e na via pública.

Para além dos fatores relacionados com a existência de barreiras físicas e o afastamento geográfico de zonas de maior densidade populacional, existe a perceção que a **rede de apoio social e familiar a pessoas idosas** se encontra **enfraquecida**, bem como a inexistência de respostas de combate ao isolamento (através de projetos de voluntariado ou de estimulação de um envelhecimento ativo – física e cognitivamente).

Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área do Envelhecimento:

Isolamento social e geográfico

- Insuficiente rede de transportes públicos
- Falta de respostas locais
- Rede de apoio familiar e social insuficiente

4.5. Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade

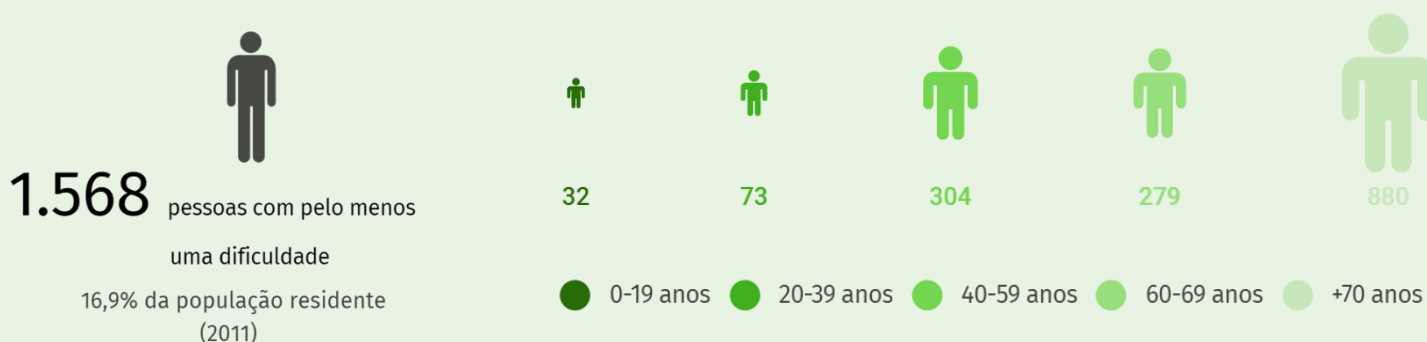
Os dados que se encontram disponíveis para caracterizar a área da deficiência no concelho de Vila Nova de Cerveira remontam aos Censos de 2011. Apesar dos dados se encontrarem desfasados no tempo, representam a realidade do município à data da sua recolha e podem permitir antecipar cenários futuros.

Em 2011 residiam em Vila Nova de Cerveira 15.109 pessoas com pelo menos uma dificuldade¹, que representavam 17,03% da população residente. A maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade era do sexo feminino (62,2%), com idade igual ou superior a 65 anos (64,6%). É importante destacar que 32 crianças e jovens (até aos 19 anos) reportaram ter pelo menos uma dificuldade.

A grande maioria das pessoas que reportaram ter muita dificuldade em realizar uma ação, referiram que esta estava relacionada com a mobilidade (ex.: ter muita dificuldade em andar e subir degraus; 882 pessoas), com a visão (ex.: ter muita dificuldade em ver; 685 pessoas) e com a memória / concentração (ex.: ter muita dificuldade em se concentrar ou se recordar; 538 pessoas).

As ações que as pessoas mais revelam não conseguir efetuar estão relacionadas com o autocuidado (tomar banho e vestir-se) e com a mobilidade (andar ou subir degraus), onde 183 e 126 pessoas respetivamente não conseguem efetuar as referidas ações.

Da totalidade de pessoas (com idade igual ou superior a 15 anos de idade) que reportaram ter pelo menos uma dificuldade, 5,2% declarou como principal meio de vida estar a cargo da família (80 pessoas). Este é um dado importante a ter em consideração no âmbito do apoio aos cuidadores informais e à sobrecarga a que estes estão sujeitos.



Incapacidade em realizar a ação

Auto-cuidado (tomar banho e vestir-se sozinho)
Mobilidade (andar ou subir degraus)



Dificuldade em realizar a ação

Mobilidade (andar ou subir degraus)
Visão
Memória ou concentração

¹ Entende-se por dificuldade / incapacidade, limitações funcionais ao nível da visão, audição, mobilidade e autocuidado e limitações cognitivas no âmbito da memória/concentração e capacidade de expressão e compreensão.

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira 2021, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito da Deficiência e/ou Incapacidade:

4.5.1. Acesso a respostas sociais adequadas

Segundo os atores sociais, a **dificuldade de acesso** das pessoas com deficiência e/ou incapacidade a respostas adequadas às suas necessidades prende-se com o **número insuficiente** de respostas, nomeadamente ao nível residencial. É também salientado a necessidade de investimento na **criação** de respostas que promovam a autonomização das pessoas com deficiência.

A insuficiência de respostas no âmbito da deficiência no concelho promove a integração das pessoas em outras respostas sociais, pouco adaptadas às suas necessidades ou a sua integração em instituições de concelhos vizinhos, o que obriga a deslocações.

4.5.2. Inserção Socioprofissional

Os atores sociais destacaram a **baixa taxa de empregabilidade** de pessoas com deficiência, o que leva a um sentimento de discriminação, isolamento e inclusive dependência económica desta população, seja de subsídios/ pensões, seja de terceiros, nomeadamente familiares dos quais estão dependentes.

4.5.3. Sobrecarga dos cuidadores informais

Devido à insuficiência de respostas no território, os cuidadores informais assumem a maioria dos cuidados a pessoas com deficiência e/ou incapacidade. De acordo com a perspetiva dos atores sociais, os cuidadores informais, para além do **desgaste físico e psicológico**, não se encontram totalmente **informados** sobre a prestação de cuidados, o que contribui para essa mesma **sobrecarga**. A não formação/informação dos cuidadores ao nível dos procedimentos para o cuidado e relação com pessoas com incapacidade e/ou deficiência, leva a uma maior sobrecarga e desgaste por parte destes. Os cuidadores informais encontram-se limitados para a realização da sua atividade laboral, o que poderá contribuir para situações de maior **vulnerabilidade económica** das famílias com pessoas com deficiência e/ou incapacidade, condicionando inclusive o acesso a respostas de apoio privadas.

Acesso a respostas sociais adequadas

- Inexistência e insuficiência de respostas nomeadamente na área residencial e da promoção da autonomia
- Integração em respostas sociais não qualificadas para as necessidades desta população

Inserção Socioprofissional

- Baixa taxa de empregabilidade
- Discriminação sentida pela população
- Desconhecimento das potenciais entidades empregadoras das competências desta população e das vantagens de que podem beneficiar

Sobrecarga dos cuidadores informais

- Desgaste físico e psicológico
- Informação insuficiente sobre o processo de cuidar

5. O Plano Estratégico de Intervenção Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira (2022-2025)

O Plano Estratégico de Intervenção Social do concelho de Vila Nova de Cerveira foi elaborado através dos contributos dos atores locais, que mediante uma abordagem participativa apontaram linhas estratégicas, bem como medidas e ações que, a curto, médio e longo prazo irão contribuir para a resolução e/ou mitigação dos problemas identificados como prioritários de intervenção social no concelho.

É importante destacar que as linhas estratégicas e as suas medidas se encontram enquadradas nas políticas locais, bem como nas estratégicas definidas a nível nacional e regional para as áreas em questão. Este enquadramento com as orientações estratégicas existentes confere ao presente Plano a coerência e concertação da sua ação, a nível local, regional e nacional.

Para a construção do Plano Estratégico de Intervenção Social foram tidos em consideração os seguintes documentos estratégicos:

Documento		Operacionalização
Migrantes	Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020	Estratégia transversal assente em 5 eixos prioritários. Destaque para o Eixo 1 – Políticas de integração de imigrantes, que integra a definição de estratégias locais (Plano Municipal para a Integração de Migrantes) e implementação de ferramentas de apoio às políticas locais (Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade).
Envelhecimento	Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025	Conjunto de linhas orientadoras da ação e medidas estruturadas em 4 Eixos Estratégicos (Saúde, Participação, Segurança e Medição, Monitorização e Investigação). Destaque para a prossecução das orientações contidas no Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas e possível adesão à Rede Global de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas.
	Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas	Apresenta um conjunto de recomendações enquadradas em 3 grandes estratégias de intervenção – envelhecimento ativo, organização e prestação de cuidados de saúde e promoção de ambientes facilitadores da autonomia e independência.
Infância e Juventude	Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024	Encontra-se organizada em 5 pilares: "Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens"; "Apoiar as famílias e a parentalidade"; "Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens"; "Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens" e "Promover a produção de instrumentos e de conhecimento científico potenciadores de uma visão global dos direitos das crianças e jovens".
Deficiência	Estratégia Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	Encontra-se estruturada em 8 Eixos Estratégicos. A nível local têm enquadramento medidas como "Municípios com selo de território inclusivo", "soluções ao nível municipal para a consolidação de uma política de não

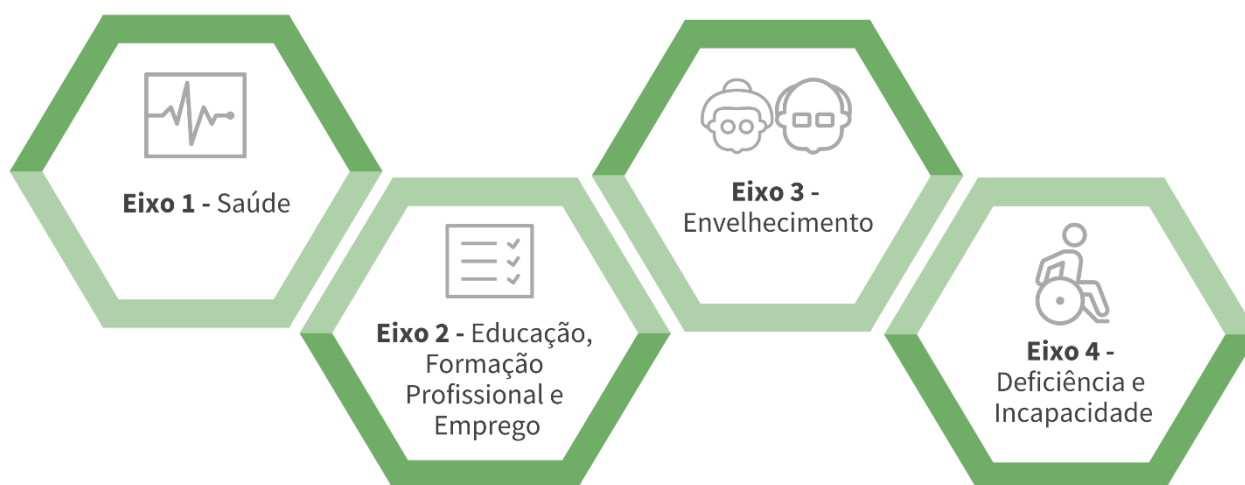
Documento		Operacionalização
		institucionalização e de promoção da autonomia”, “criação de Gabinetes Municipais para a Inclusão”.
Adições e Dependências	Instrumentos do SICAD. Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020	Define um conjunto de opções estratégicas que assentam em pressupostos, princípios, tipos de intervenção e medidas estruturantes, sob uma perspectiva global e integrada das problemáticas e das respostas em matéria de comportamentos aditivos e dependências. Encontra-se a ser operacionalizado através de Planos de Ação de 4 anos (2013-2016 e 2017-2020).
Família	Recomendação Rec (2006)19 do Comité de Ministros do Conselho da Europa para os Estados-Membros sobre a Política de Apoio à Parentalidade Positiva	Conjunto de recomendações que visam o reconhecimento da natureza essencial das famílias e do papel parental, bem como a necessidade de se criarem as condições necessárias para a parentalidade positiva no interesse superior da criança.
Pobreza	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030	Estratégia fundamental para o enquadramento de medidas locais que possam mitigar as desigualdades e garantir as condições de vida dignas para toda a população. Este é descrito como «um instrumento que visa concretizar uma abordagem multidimensional e transversal de articulação das políticas públicas tendo em vista a erradicação da pobreza.
Igualdade e não discriminação	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação 2018-2030 (Portugal + Igual)	Traduz-se em 3 Planos de Ação (com medidas e metas concretas): Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais. A nível local têm enquadramento projetos que promovam a integração da perspectiva da Igualdade entre Mulheres e Homens
	Plano Nacional de combate ao Racismo e à Discriminação 2021-25: Portugal contra o racismo	O PNCRD 2021-2025 tem como objetivo a promoção da igualdade, o combate ao racismo e à discriminação racial considerada, nos termos do artigo 1.º da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, como «qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha como objetivo ou efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública».
Saúde	Estratégia Health 2020 da Organização Mundial de Saúde para a região europeia	Tem como prioridades estratégicas: a) investir na saúde ao longo do ciclo de vida, capacitando os cidadãos; b) combater as doenças transmissíveis e não transmissíveis; c) fortalecer os sistemas de saúde centrados nas pessoas bem como a capacidade de resposta em saúde pública, nomeadamente a vigilância, preparação e resposta a

Documento		Operacionalização
		ameaças e d) desenvolver comunidades e ambientes protetores.
	Linhas de ação estratégica para a Saúde Mental e o Bem-Estar na Europa	Os objetivos definidos por estas linhas de ação estratégica são os seguintes: 1. Garantir a implementação eficaz e sustentável de políticas, contribuindo para a promoção da saúde mental e para a prevenção e tratamento das doenças mentais; 2. Desenvolver a promoção da saúde mental e os programas de prevenção e intervenção precoce, através da integração da saúde mental em todas as políticas e de uma cooperação entre vários sectores; 3. Garantir a transição para um tratamento abrangente e para cuidados na comunidade de elevada qualidade, acessíveis a todos, com ênfase na disponibilização dos cuidados de saúde mental para todas as pessoas com doenças mentais, na coordenação dos cuidados de saúde e sociais para pessoas com doenças mentais mais graves, bem como cuidados integrados para pessoas com doenças mentais e físicas; 4. Fortalecer o conhecimento baseado na evidência científica e a partilha de boas práticas na saúde mental; 5. Criar parcerias para o progresso.
	Plano Nacional de Saúde (revisão e extensão a 2020)	O PNS encontra-se estruturado em torno de quatro Eixos Estratégicos, dos quais resulta um conjunto de orientações estratégicas: a) Cidadania em Saúde; b) Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde; c) Qualidade em Saúde e d) Políticas Saudáveis.
	Programa Nacional para a Saúde Mental – extensão 2020	Pretende assegurar a toda a população portuguesa o acesso a serviços habilitados a promover a sua saúde mental, prestar cuidados de qualidade e facilitar a reintegração e a recuperação das pessoas com doença mental.
	Plano Local de Saúde do Alto Minho 2014-2016	Define as perturbações depressivas e suicídio, como um dos problemas de saúde prioritários de atuação.

5.1. Eixos estratégicos de intervenção social

O Plano estratégico de intervenção social do concelho de Vila Nova de Cerveira (2022-2025) está estruturado em quatro eixos estratégicos de intervenção que refletem as prioridades identificadas no Diagnóstico Social 2021, as quais se passam a apresentar nos próximos pontos.

Cada um dos eixos estratégicos traduz a finalidade, as estratégias e respetivos objetivos, bem como as medidas/ações prioritárias a desenvolver e as entidades responsáveis.



5.1.1 Eixo 1 – Saúde

A Saúde é uma área indissociável do bem-estar e da qualidade de vida da população, sendo uma área que necessita de um olhar atento e de uma intervenção sistémica, interdisciplinar e eficaz.

A nível nacional é o Plano Nacional de Saúde que orienta e define estrategicamente a intervenção nesta área, estando organizado em quatro Eixos Estratégicos:

1. Cidadania em Saúde;
2. Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde;
3. Qualidade em Saúde;
4. Políticas Saudáveis.

Existem depois outras medidas políticas que direcionam as intervenções de acordo com áreas mais específicas, como é o caso do Programa Nacional de Saúde Mental, do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo e o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências (2013-2020), para identificar alguns dos programas que estão diretamente relacionados com as problemáticas da área da saúde identificadas pelos atores locais.

Em sede de Diagnóstico Social, as principais problemáticas/ necessidades identificadas pelos atores locais foram:

1. **Falta de respostas ao nível da saúde mental:** insuficientes respostas sociais para pessoas com doença mental; desadequação do funcionamento e serviços prestados face às necessidades desta população; sobrecarga e desconhecimento técnico dos cuidadores, bem como o pouco investimento ao nível das ações preventivas.;
2. **Aumento dos Consumos/ dependências:** existência e aumento de fatores potenciadores de consumos /dependências, como o desemprego, situações de vulnerabilidade e carência económica, bem como o fácil acesso a substâncias lícitas e ilícitas e a banalização do seu consumo; necessidade de um aumento e melhoria de programas de prevenção e literacia em saúde.
3. **Dificuldade no acesso aos serviços de saúde:** constrangimentos provocados pela pandemia; insuficiente e inadaptada rede de transportes; inexistência de rede de suporte ou familiar, nomeadamente na população idosa.

Pretende-se, no concelho de Vila Nova de Cerveira garantir o acesso a respostas adequadas no âmbito da saúde, atuando para isso a vários níveis:

- Investimento na criação e alargamento das respostas e programas do concelho, bem como da sua adequação às necessidades específicas, seja a nível preventivo, de acompanhamento e/ou combate;
- Promoção de respostas que apoiem e capacitem a rede de suporte formal e informal, nomeadamente ao nível da doença mental;
- Integração das pessoas com doença mental no mercado de trabalho;
- Promoção da saúde mental e informação/sensibilização para a temática na comunidade;
- Criação e reforço de canais de comunicação privilegiados entre as entidades prestadoras de serviços e entre estas e os seus utilizadores.

5.1.2 Eixo 2 – Educação, Formação Profissional e Emprego

O Eixo 2 – Educação, Formação Profissional e Emprego apresenta-se como um eixo fundamental de atuação para o concelho de Vila Nova de Cerveira, devido ter influência direta em outras áreas de intervenção e ser central para a captação e fixação de população no território.

Ter um emprego, para além de ser crucial para a sustentabilidade económica do indivíduo / família é uma componente chave para a sua inserção social, fortalecimento de redes sociais e desenvolvimento pessoal.

O Diagnóstico Social de 2021 apresenta como fragilidades no âmbito da Educação a insuficiência de respostas de Creche e de atividades de ocupação de tempos livres para crianças com idade superior a 12 anos, principalmente em tempos não letivos, bem como o abandono escolar. No entanto, o problema principal identificado pelos atores locais incide na **desvalorização da escola pela família** e, especificamente, na subvalorização do ensino profissional, pelos jovens, suas famílias e também pelos empregadores locais.

A estratégia delineada no presente PDS, no âmbito da Educação, Formação Profissional e Emprego centra-se na implementação de medidas que promovam uma intervenção concertada e articulada entre diferentes atores (nomeadamente, população jovem e suas famílias, agentes educativos, atores sociais, tecido empresarial) de forma a aumentar o sucesso escolar e a criar condições favoráveis para o aumento da empregabilidade no concelho.

Em linha com a Estratégia Portugal 2030, um dos objetivos centrais do presente PDS é contribuir para o reforço das qualificações e das competências da população residente, e que estas sejam, sempre que possível o mais ajustadas às necessidades existentes no território.

Desta forma, as medidas contempladas no PDS de Vila Nova de Cerveira visam contribuir para aumentar o sucesso escolar das crianças e jovens, bem como o potencial de empregabilidade, da população em idade ativa, através:

- De medidas que promovam a valorização do ensino pelos jovens, famílias e entidades empregadoras;
- Da maior adequação entre o perfil do aluno e o seu percurso educativo;
- Do investimento numa oferta formativa mais ajustada às necessidades do mercado de trabalho, que seja conhecida pelos jovens e suas famílias;
- Do investimento em ações que permitam facilitar o acesso à educação, formação e ao mercado de trabalho;
- Do aumento da qualificação da população e valorização da formação profissional;
- De medidas que promovam a melhoria das condições de vida e de trabalho de forma a fixar a população no território e, simultaneamente, suprimir as necessidades do mercado de trabalho;
- De medidas que promovam a igualdade de género e conciliação da vida familiar e profissional.

5.1.3 Eixo 3 – Envelhecimento

O envelhecimento da população constitui-se como um dos principais desafios para a nossa sociedade.

As tendências demográficas projetadas para os próximos anos continuam a ser marcadas pela diminuição das taxas de fecundidade, o que se traduz num aumento progressivo da proporção de idosos. Paralelamente, continuam a verificar-se mudanças profundas ao nível da dimensão e da estrutura das famílias e nas suas relações intergeracionais, factos que alteram significativamente as condições sociais em que as pessoas envelhecem.

O aumento da população idosa obriga-nos a encontrar novas soluções tanto ao nível da prestação dos cuidados de saúde, como também outras respostas sociais de combate ao isolamento, à solidão, à pobreza e à exclusão a que demasiados idosos estão expostos.

Tendo como base estas tendências e desafios, e no quadro do Diagnóstico Social de Vila Nova de Cerveira 2021, foi identificada como principal vulnerabilidade à qual importa dar resposta num futuro próximo em matéria de apoio a idosos, a situação de **isolamento** em que muitos vivem. Esta vulnerabilidade, decorre de 3 fatores principais, de acordo com os atores locais:

- Insuficiente rede de transportes;
- Falta de respostas locais de combate ao isolamento;
- Insuficiente rede de suporte familiar ou social.

A estratégia definida no PDS de Vila Nova de Cerveira encontra-se enquadrada no âmbito do Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas e da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025.

O Plano Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas assenta em três pilares fundamentais:

- A promoção de um envelhecimento ativo, ao longo de toda a vida;
- A maior adequação dos cuidados de saúde às necessidades específicas das pessoas idosas;
- A promoção e desenvolvimento intersectorial de ambientes capacitadores da autonomia e independência das pessoas idosas.

A Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável tem como Eixos estratégicos:

- **Saúde** – Promoção de iniciativas e práticas que visem reduzir a prevalência, adiar o aparecimento e controlar o agravamento e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas e potenciar a sua autonomia.
- **Participação** – Promoção da educação e formação ao longo do ciclo de vida incluindo estratégias de promoção da literacia em saúde e incentivo à criação de ambientes físicos e sociais protetores e potenciadores da integração e da participação das pessoas idosas na sociedade e nos processos de decisão que afetam a sua vida.
- **Segurança** – Apoio a iniciativas e práticas que visem minimizar riscos e promover o bem-estar e a segurança das pessoas idosas.
- **Medição, monitorização e investigação** – Promoção da investigação científica na área do envelhecimento ativo e saudável, potenciando o levantamento de necessidades, o desenvolvimento, monitorização e avaliação de intervenções e a disseminação de boas práticas e da inovação.

Desta forma, as medidas contempladas no PDS de Vila Nova de Cerveira visam contribuir para o reforço de intervenção integrada e concertada no âmbito do envelhecimento no concelho, por forma a melhorar a sua qualidade de vida, através:

- Da criação de um grupo de trabalho na área do envelhecimento, por forma a concertar e planear estrategicamente a intervenção social no território nesta área;
- Criação da Comissão de Proteção de Idosos Local, a qual deverá ter atuação ao nível da prevenção, informação e intervenção direta com situações sinalizadas/ denunciadas;
- Do investimento na criação e alargamento das respostas sociais do concelho e da sua adequação às necessidades específicas da população idosa;
- Da promoção da saúde e da prevenção da doença, nomeadamente no âmbito da demência;
- De respostas que apoiem e capacitem a rede de suporte formal e informal, nomeadamente os cuidadores informais de pessoas idosas em situação de maior dependência;
- Da criação de sinergias e respostas que promovam o envelhecimento ativo, previnam o isolamento social e atenuem a solidão das pessoas idosas, nomeadamente através de programas intergeracionais.

5.1.4 Eixo 4 – Deficiência e Incapacidade

O Eixo 5 do presente PDS decorre diretamente de uma das áreas prioritárias definidas em sede do Diagnóstico Social 2021.

Enquanto instrumento político orientador, a nível europeu, é de referir a Estratégia Europeia para a Deficiência (2010-2020)², a qual visa “promover uma Europa sem barreiras e capacitar as pessoas com deficiência para que possam usufruir dos seus direitos e participar plenamente na sociedade e na economia”, através de oito grandes áreas de atuação³.

Esta é igualmente uma área prioritária a nível nacional, o que se reflete na Estratégia Nacional da Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD)⁴, proposta pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a qual assenta no pressuposto de que a inclusão destas pessoas tem implicações transversais em todas as áreas das políticas públicas, pelo que os desafios que se colocam são de natureza muito diversificada, o que implica uma abordagem holística e sistémica.

A ENIPD 2021-2015 está organizada em oito eixos estratégicos de intervenção:

1. Cidadania, Igualdade e Não Discriminação
2. Promoção de um Ambiente Inclusivo
3. Educação e Qualificação

² Aceder em: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1484&langId=en>

³ Área de atuação: 1) Acessibilidade a bens e serviços; 2) Participação: remoção das barreiras à igualdade de participação na vida pública e nas atividades de lazer e promoção de prestação de serviços comunitários de qualidade; 3) Igualdade: combate à discriminação e promoção a igualdade de oportunidades; 4) Emprego: aumento da representatividade no mercado de trabalho; 5) Educação e Formação: promoção da educação inclusiva e de oportunidades de formação contínua, bem como o acesso igualitário a uma educação de qualidade; 6) Proteção Social: promoção de condições de vida condignas e combate à pobreza e exclusão social; 7) Saúde: promoção da igualdade de acesso aos serviços de saúde e instalações relacionadas; e 8) Ação Externa: promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Quadro da Ação Externa da União Europeia.

⁴ ENIPD 2021-2015 resulta da proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho criado pelo Despacho nº 15/MTSSS/2019, de 29 de julho, do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e encontra-se ainda em fase de consulta pública, até ao dia 24 de dezembro de 2020. Aceder em: <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf/5bce7969-0918-4013-b95d-2a5a35a870c5>

4. Trabalho, Emprego e Formação Profissional
5. Promoção da Autonomia e Vida Independente
6. Medidas, Serviços e Apoios Sociais
7. Cultura, Desporto, Turismo e Lazer
8. Conhecimento, Investigação, Inovação e Desenvolvimento

De referir que, seguindo a conceptualização do Instituto Nacional de Estatística, o conceito de deficiência é encarado neste plano de forma mais abrangente, contemplando o conceito de incapacidade que se reporta aos diferentes níveis de limitações funcionais da pessoa, mas também às limitações/barreiras na relação com o seu meio ambiente, “que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade⁵”.

A finalidade e respetivos objetivos definidos neste eixo refletem as prioridades identificadas no concelho de Vila Nova de Cerveira nesta área de intervenção pelos atores locais, as quais se encontram alinhadas com as áreas prioritárias, a nível nacional e internacional, em matéria de inclusão das pessoas com deficiência.

Neste sentido, no concelho de Vila Nova de Cerveira pretende-se promover a qualidade de vida e a integração da pessoa com deficiência / incapacidade, atuando para isso a vários níveis:

- Melhorar o conhecimento sobre a realidade das pessoas nestas circunstâncias, suas características e necessidades;
- Promover medidas facilitadoras da empregabilidade das pessoas com deficiência/incapacidade, com vista à sua inserção profissional;
- Melhorar e diversificar as respostas e serviços sociais dirigidos às pessoas com deficiência/incapacidade e suas famílias;
- Sensibilizar e capacitar a comunidade para uma resposta mais adequada às necessidades das pessoas com deficiência/incapacidade;
- Promover uma maior articulação e trabalho em Rede entre o setor social e deste com o setor empresarial.

⁵ In: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ratificada por Portugal em 2009)

5.2 Matrizes de planeamento

Eixo 1 – Saúde

Finalidade: Garantir o acesso a respostas adequadas às necessidades no âmbito da saúde

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
1. Fomento e partilha de informação no âmbito da promoção da saúde e prevenção da doença	1.1. Melhorar os cuidados em saúde (autocuidado e cuidado a terceiros)	1.1.1 Implementar projetos/ações dirigidos à grupos-alvos específicos	Centro de Saúde, CMVNC	2020-2025	N.º de ações N.º de tipologias/ problemáticas abrangidas N.º de pessoas envolvidas
		1.1.2 Capacitar os cuidadores formais e informais de acordo com as suas especificidades	Centro de saúde	2023-2025	N.º de Ações N.º de Participantes
	1.2. Fomentar a partilha de informação entre os diversos profissionais	1.2.1 Divulgar os objetivos da Rede Social junto dos profissionais da saúde	CMVNC / Centro de saúde	2022/2025	N.º de profissionais envolvidos
		1.2.2 Identificar e referenciar as situações por problemáticas e levantamento de dados estatísticos	Centro de Saúde	2022-2025	N.º de Problemáticas identificadas N.º de situações referenciadas
		1.2.3 Agilizar as redes de comunicação e de partilha entre profissionais	CMVNC Centro de Saúde	2022-2025	Sistema de comunicação em funcionamento
	2. Atuar ao nível da prevenção, intervenção e acompanhamento a situações de dependência, doença mental e outras	2.1 Prevenir e combater o aumento de situações de doença mental	2.1.1 Reforçar a Equipa de Saúde com profissionais especialistas	Centro de Saúde / ULSAM	2022/2025
2.1.2 Referenciar e Mapear as situações por tipologia e levantamento de dados estatísticos			Centro de saúde	2022/2025	N.º de situações identificadas Levantamento estatístico

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
patologias existentes no território	2.2 Prevenir e combater o aumento de situações de adição (álcool)	2.2.1 Exercer <i>advocacy</i> para a reativação da Equipa de PLA	Centro de Saúde, CMVCN, ULSAM	2022/2025	N.º de ações realizadas Equipa em funcionamento
	2.3 Promover hábitos saudáveis de vida e alimentação saudável por forma a contribuir para a redução das Taxas de mortalidade e morbilidade	2.3.1 Reforçar a divulgação da oferta de atividades para a promoção da saúde e prevenção da doença	CMVNC Centro de Saúde	2022/2025	N.º de ações N.º de parceiros envolvidos
		2.3.2 Implementar atividades específicas dirigidas à determinados grupos-alvos	CMVNC Centro de Saúde	2022/2025	N.º de ações desenvolvidas N.º de Participantes N.º de problemáticas abrangidas
	2.4 Garantir o acesso a serviços de saúde	2.4.1 Promover a criação e a manutenção de serviços de saúde de proximidade que respondam às necessidades da população	Centro de Saúde, CMVNC	2022-2025	N.º de serviços de saúde de proximidade criados
	2.5 Agilizar a resposta à população no âmbito dos cuidados de saúde primários	2.5.1 Criação de canais de comunicação privilegiados entre as entidades prestadoras de serviços e entre estas e os seus utilizadores (ex.: plataforma; reuniões de trabalho periódicas)	Centro de Saúde, IPSS, Juntas de Freguesia	2022/2025	Canais de comunicação criados e em funcionamento
		2.5.2 Criação de um grupo de trabalho, com envolvimento de atores distritais, para a definição de uma Estratégia Distrital ao nível da Saúde Mental	ULSAM; CIM	2022/2025	Grupo de trabalho criado e em funcionamento

Eixo 2 – Educação, Formação Profissional e Emprego

Finalidade: Aumentar o sucesso escolar e a motivação das crianças e jovens, aumentando o seu potencial de empregabilidade futuro.

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
1. Valorização do ensino pelos jovens e famílias	1.1. Sensibilizar os jovens e suas famílias para a importância da qualificação e sua adequação às necessidades do mercado de trabalho local	1.1.1. Dinamizar ações de sensibilização sobre a importância da formação/ qualificação	Agrupamento de Escolas, ETAP	2022-2025	N.º de ações de sensibilização realizadas Perceção dos grupos-alvo sobre a importância das ações de sensibilização realizadas (aplicação de questionários)
		1.1.2. Envolver o tecido empresarial em ações de sensibilização para jovens e suas famílias	CEVAL, AIM, Escolas	2022-2025	N.º de ações de sensibilização realizadas com a participação do tecido empresarial
		1.1.3. Promover experiências profissionais e de desenvolvimento pessoal e social fora do contexto escolar	ETAP, AE	2022-2025	N.º de jovens envolvidos N.º de parceiros envolvidos Perceção dos jovens sobre a importância das experiências para a construção do seu percurso educativo
	1.2 Informar os jovens e as suas famílias sobre a oferta formativa (regular e profissional) no território supramunicipal	1.2.1 Implementar, divulgar e manter uma plataforma da oferta formativa existente ao nível do ensino secundário e profissional	AE, ETAP, CMVNC	2022-2025	Plataforma criada
		1.2.2. Desenvolver estratégias de comunicação eficazes com os jovens e suas famílias sobre a oferta formativa e recursos existentes no território	AE, ETAP	2022-2025	Número de momentos criados para a comunicação N.º de jovens e famílias envolvidos
2. Maior adequação do perfil do aluno e o seu percurso educativo		2.1.1. Diversificar os programas de orientação vocacional nas escolas e	Escolas,	2022-2025	Programa de orientação vocacional criado e em funcionamento

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
	2.1 Garantir o acompanhamento aos jovens no âmbito da construção do seu percurso educativo	articulação com as entidades empregadoras locais			
		1.1.2. Implementar projetos de mentoria em contexto escolar e de acompanhamento dos jovens nas experiências profissionais e de desenvolvimento pessoal e social	AE, ETAP	2023-2025	Projetos de mentoria criados N.º de jovens acompanhados
3. Adequação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho	3.1. Garantir o conhecimento real das necessidades de qualificação / formação no território	3.1.1. Revisão das prioridades do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações para o território	Plataforma distrital - CIM	2022-2025	Prioridades do SANQ revistas e atualizadas
		3.1.2. Implementar a oferta formativa ajustada às reais necessidades do território	Plataforma distrital - CIM	2022-2025	Atualização da oferta formativa de acordo com a revisão do SANQ
4. Implementação de medidas/ estratégias facilitadoras à educação e formação	4.1. Criar condições de acesso aos equipamentos formativos	4.1.1. Criação de rede supramunicipal de transportes que permita agilizar a deslocação de jovens entre os concelhos	Proposta para Plataforma distrital – CIM	2022-2025	Rede criada e em funcionamento
5. Combate a problemas associados à ansiedade potenciados com a pandemia	5.1. Diminuir os problemas associados a ansiedade na população estudiantil	5.1.1. Desenvolver ações (lúdicas, desportivas, tradicionais) dirigidas aos alunos dos vários níveis escolares	AE, ETAP	2022/2025	N.º ações N.º de alunos envolvidos N.º de tipologias de ação
6. Promoção da arte pela educação	6.1. Fomentar o interesse pela arte através de ações educativas	6.1.1. Dinamizar a Educarte - Mostra de Arte Infanto-juvenil	AE, ETAP, CMVNC	2022/2025	N.º de obras expostas; N.º entidades participantes; N.º de visitantes
		6.1.2. Serviço Educativo da Fundação	Fundação Bienal	2022/2025	N.º ações; N.º de participantes

Eixo 2 – Educação, Formação Profissional e Emprego

Finalidade: Aumentar o potencial de empregabilidade da população em idade ativa e as condições de trabalho da população do concelho (nomeadamente com medidas em igualdade de género e conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar)

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
1. Criação de mecanismos de comunicação que facilitem o acesso ao mercado de trabalho	1.1. Garantir o acesso à informação sobre a oferta formativa e de emprego	1.1.1. Dinamizar e diversificar a plataforma de ofertas formativas e de emprego supraconcelhias	GIP / IEFP	2022-2025	N.º de acessos à plataforma N.º de ofertas apresentadas Tipologia das ofertas
	1.2. Agilizar o processo de recrutamento e formação de trabalhadores	1.2.1. Desenvolver procedimentos de articulação entre as empresas e os operadores de formação (ex.: do Centro Qualifica) para recrutamento e formação de trabalhadores	IEFP, ETAP e Câmara	2022-2025	Procedimentos de articulação definidos e em funcionamento
		1.2.2. Garantir a existência de estruturas de suporte que facilitem a integração no mercado de trabalho (ex.: rede de transportes, respostas sociais para crianças e idosos)	Plataforma supraconcelhia - CIM	2022-2025	N.º de estruturas de suporte criadas / melhoradas
2. Maior Investimento na qualificação/formação da população em idade ativa	2.1. Suprimir as necessidades de mão de obra existentes no território através do aumento da qualificação da população	2.1.1. Identificar as necessidades de formação específicas do mercado de trabalho local	Plataforma distrital - CIM	2022-2025	Documento sobre necessidades de formação produzido e partilhado
		2.1.2. Definir e implementar um plano de formação adaptado às necessidades do mercado de trabalho e aos interesses e competências de populações-alvo específicas	Plataforma distrital - CIM	2022-2025	Plano de formação definido e implementado N.º de pessoas formadas com aproveitamento N.º de pessoas formadas integradas na área de formação

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
		2.1.3. Criar programas de incentivo ao trabalho técnico especializado		2022-2025	N.º de programas criados N.º de beneficiários
		2.1.4. Implementar reuniões trimestrais de trabalho com representantes da Educação, das associações empresariais e da CIM Alto Minho	CMVNC, CIM	2022-2025	N.º de reuniões realizadas N.º de entidades representadas
3. Promoção das condições de vida que permitam a fixação de população no concelho de forma a suprimir as necessidades do mercado de trabalho	3.1. Aumentar o número de profissionais qualificados no território	3.1.1. Divulgar as medidas de incentivo à fixação e contratação de residentes no concelho com níveis de qualificação diferenciados	IEFP/GIP	2022-2025	Medidas de emprego divulgadas N.º de pessoas integradas no mercado através das medidas de emprego
		3.1.2. Investir em políticas de habitação locais que garantam o acesso a habitação a custos controlados	CMVNC	2023-2025	Políticas de habitação locais definidas e implementadas
	3.2. Garantir condições de trabalho dignas para os trabalhadores imigrantes	3.2.1. Realizar levantamento do número dos trabalhadores imigrantes no concelho	IEFP/GIP/ CEVAL	2022-2023	Levantamento realizado
		3.2.2. Realizar ações de sensibilização, informação e formação de Português Língua não materna	IEFP	2022-2025	N.º de ações realizadas N.º de participantes
4. Promoção das condições de vida que permitam a conciliação da vida familiar e profissional	4.1. Sensibilizar para a implementação de medidas ao nível da igualdade de género e conciliação da vida familiar e profissional	4.1.1. Realizar ações de sensibilização e informação junto de entidades empregadoras	CMVNC, IEFP	2022-2025	Nº de ações realizadas Nº de entidades que adotaram alguma medida neste âmbito
	4.2. Informar a população em idade ativa, dos direitos legais existentes que promovem a igualdade de género e conciliação da vida familiar e profissional.	4.2.1. Realizar ações de informação junto da população em idade ativa	CMVNC, IEFP	2022-2025	Nº de ações realizadas

Eixo 3 – Envelhecimento

Finalidade: Consolidar uma intervenção integrada na área do envelhecimento, com vista a uma mudança positiva na qualidade de vida das pessoas idosas do concelho

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
1. Implementação de intervenção territorial concertada e adequadas às necessidades das pessoas idosas	1.1 Promover a proteção das pessoas idosas no âmbito do exercício dos seus direitos	1.1.1 Criar a Comissão de Proteção de Idosos Local	IPSS, CMVNC, Segurança Social, GNR, Centro de Saúde. Ministério Público (Tribunal)	2022-2025	CPI criada e em funcionamento N.º de parceiros envolvidos
	1.2. Adequar as respostas sociais às necessidades das pessoas idosas	1.2.1 Investir no alargamento de respostas sociais em ERPI	SCMVNC, CPPSC Reboreda; Segurança Social	2022-2025	N.º de novas vagas criadas em ERPI N.º de Instituições com novos acordos de cooperação com o ISS, IP
		1.2.2 Promover e investir na implementação da resposta social de Centro de Dia	CPS Campos; Segurança Social	2022-2025	Valencia criada; N.º de vagas
		1.2.3 Diversificar a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário no concelho	IPSS	2022-2025	N.º de Respostas inovada; N.º de vagas; N.º de utentes abrangidos
		1.2.4 Promover recursos específicos para pessoas com demência (ex.: unidades de neuro estimulação)	IPSS / Centro de Saúde / CIM	2022-2025	N.º de recursos específicos criados para pessoas com demência e em funcionamento Taxa de ocupação

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
		1.2.5 Promover a angariação de famílias de acolhimento	Segurança Social CMVNC	2022-2025	N.º de famílias de acolhimento
2. Promoção e capacitação do cuidador formal e informal	2.1 Capacitar e adequar as respostas às necessidades dos cuidadores formais e informais	2.1.1 Investir na capacitação dos cuidadores formais e informais	Segurança Social, Cento de Saúde	2022-2025	N.º de ações N.º de cuidadores/participantes
	2.2 Promover o apoio ao cuidador informal (Diminuição da sobrecarga física e psicológica)	2.2.1 Implementar rede de voluntários de suporte aos cuidadores informais	IPSS, BLV	2022-2025	N.º voluntários envolvidos N.º cuidadores/Idosos envolvidos
		2.2.2 Criar condições para a existência de vagas nas ERPI locais em regime transitório / temporário	CDSS, IPSS / CIM	2022-2025	N.º de ERPI com vagas de regime transitório N.º de vagas criadas
	3. Prevenção e combate de situações de isolamento social e geográfico	3.1 Identificar e mapear as pessoas idosas que se encontram em isolamento social e geográfico	3.1.1 Sinalizar os idosos em situação de isolamento no sistema de geolocalização	CMVNC	2022-2025
3.1.2. Identificar a pessoa de referência de cada idoso			CMVNC	2022-2025	N.º de Pessoas identificadas
3.2 Colmatar o isolamento social dos idosos		3.2.1 Reforçar medidas de atuação no combate ao isolamento social	CMVNC, IPSS, GNR	2022-2025	N.º de medidas e/ou ações N.º de idosos envolvidos N.º de Parceiros
3.3. Implementar medidas de facilitação da mobilidade da população mais idosa		3.3.1. Criar alternativas locais de transportes	Juntas de freguesias, CMVNC	2022-2025	Serviço criado e em funcionamento N.º médio de pessoas idosas que utiliza o serviço mensalmente

Eixo 4 – Deficiência e Incapacidade

Finalidade: Promover a qualidade de vida e a integração da pessoa com deficiência / incapacidade

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
1. Promoção de intervenção territorial concertada no âmbito da deficiência e incapacidade	1.1 Definir e consolidar medidas e estratégias concertadas de intervenção na área da deficiência, a nível concelhio	1.1.1 Elaborar um Mapeamento e Diagnóstico das pessoas com Deficiência residentes no concelho	Centro de Saúde	2022-2025	N.º de cidadãos referenciados Identificação e levantamento das problemáticas
2. Promoção de medidas facilitadoras da empregabilidade das pessoas com deficiência/incapacidade, com vista à sua inserção profissional	2.1 Promover a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho	2.1.1 Criar equipa multidisciplinar para o acompanhamento ao nível da empregabilidade	IEFP / GIP / APPACDM, ACAPO, APC	2022-2025	N.º de Reuniões da equipa N.º de entidades envolvidas N.º de pessoas apoiadas/ acompanhadas
		2.2.1 Sensibilizar o tecido empresarial e instituições sociais locais sobre as capacidades e competências das pessoas com deficiência/incapacidade	APPACDM, ACAPO, APC	2022-2025	Nº de empresas e instituições contactadas
	2.2 Promover a articulação entre empresas e instituições locais para a criação de postos de trabalho adaptados a pessoas com deficiência/incapacidade	2.2.2 Divulgar junto das empresas locais as medidas de apoio ao emprego para pessoas com deficiência/incapacidade	IFEP/ GIP	2022-2025	Nº de ações N.º de empresas contactadas
3. Aperfeiçoamento e diversificação das respostas e serviços sociais dirigidos às pessoas com deficiência/incapacidade e suas famílias	3.1 Alargar a oferta das respostas residenciais	3.1.1 Reforçar a capacidade da resposta de Lar Residencial	APPACDM, CDSS, CIM	2022-2025	Variação do n.º de vagas para a resposta de Lar Residencial disponibilizadas
		3.1.2 Criar projeto de residências de autonomia, com apoio técnico especializado	APPACDM, CDSS, CIM	2022-2025	N.º de residências de autonomia disponibilizadas

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
	3.2 Garantir a existência de respostas mais adequadas a pessoas com deficiência e/ou incapacidade	3.2.1 Criar uma rede de profissionais especializados na área, de apoio aos cuidadores (formais e informais)	APPACDM/ACAPO /APC	2022-2025	Rede criada e em funcionamento N.º de profissionais aderentes N.º de cuidadores informais e formais beneficiários
		3.2.2 Dinamizar ações de formação/capacitação dirigidas aos cuidadores formais, informais e famílias de acolhimento		2022-2025	N.º de ações realizadas N.º de participantes % de cuidadores que perceciona ter aumentado os seus conhecimentos e competências
		3.2.3 Capacitar (formação especializada) os profissionais com funções na área da deficiência		2022-2025	Nº de ações de formação criadas e realizadas; Nº de profissionais envolvidos

5.3. Oportunidades e desafios à implementação do PDS

Qualquer PDS insere-se num processo de planeamento estratégico que procura dar resposta às necessidades específicas das populações e dos territórios, e como tal, deve ter em linha de conta as oportunidades e desafios/constrangimentos que poderão surgir no seu processo de implementação.

Nesse sentido, no âmbito dos *workshops* realizados com os atores locais foram identificados alguns aspetos a ter em consideração:



Oportunidades

- Possibilidade de desenvolver uma ação concertada e integrada no âmbito do desenvolvimento social no concelho de Vila Nova de Cerveira;
- Planeamento integrado, tendo em conta todas as dimensões dos problemas identificados em diagnóstico;
- Reforço das redes de parceria existentes e estabelecimento de novas parcerias relevantes;
- Potenciar e ampliar a intervenção já realizada pelas instituições a nível local;
- Possibilidade de alargamento de respostas já existentes.



Desafios / constrangimentos

- Comprometimento com o PDS e a possível resistência à mudança por parte das entidades (públicas e privadas);
- Falta de financiamento público para a concretização de algumas ações;
- Disponibilização de recursos por parte das entidades (humanos e financeiros).



De referir que os próprios eixos de intervenção apresentam oportunidade e desafios / constrangimentos, desde logo ao nível da convergência de todas as entidades locais para intervenção proposta no plano. Numa leitura mais específica de cada um dos eixos é, assim, possível elencar oportunidades e constrangimentos concretos ao desenvolvimento das ações definidas, os quais se apresentam de seguida:

Eixo 1 - Saúde

OPORTUNIDADES:

- Instituições com experiência e prática consolidada no território;
- Constituição e dinâmica positiva do núcleo executivo da Rede Social de Vila Nova de Cerveira;
- Existência da Unidade Móvel de Saúde, proporcionando uma maior proximidade dos serviços básicos de saúde à população mais isolada e com dificuldades de mobilidade;
- Previsão de financiamento para a área da saúde mental no âmbito do PRR;
- Importância de se trabalhar na Prevenção;
- Existência de Planos Nacionais na área da saúde e saúde mental / referenciais estratégicos.

CONSTRANGIMENTOS:

- Desgaste das famílias que acompanham doentes, nomeadamente ao nível da doença mental;
- Aumento da prevalência de problemas ao nível da saúde mental em todas as faixas etárias (a nível nacional);
- Insuficiência de respostas e equipas, quer ao nível clínico/ saúde, quer de base comunitária (equipa PLA desativada);
- Pouca adesão das pessoas ao processo de tratamento e acompanhamento médico;
- Estigmatização das pessoas beneficiárias de respostas no âmbito da saúde mental e consumos;
- Sustentabilidade das respostas.

Eixo 2 - Educação, Formação Profissional e Emprego

OPORTUNIDADES:

- Existência de recursos (centros, escolas, entre outros) para o desenvolvimento adequado de ações de formação e qualificação ajustadas às necessidades do território;
- Proximidade / articulação entre escolas profissionais e escolas públicas;
- Proximidade do concelho de pólos universitários (Minho, Porto; Santiago de Compostela) para estabelecimento de parcerias;
- Existência do Sistema de Antecipação das Necessidades de Qualificação com levantamento das áreas com maior relevância para o território;
- Boas práticas implementadas ao nível da Orientação Vocacional pela CIM Ave, com demonstração de resultados;
- Visibilidade e valorização do conceito – Cerveira Vila das Artes, o que poderá impulsionar a atividade educativa nesta área e aumentar a atratividade ao território;
- Constituição e dinâmica positiva do núcleo executivo da Rede Social de Vila Nova de Cerveira;
- Rede de parceiros com hábitos de trabalho colaborativo;
- Existência e trabalho realizado pelo Gabinete de Inserção Profissional de Vila Nova de Cerveira.

CONSTRANGIMENTOS:

- Desvalorização dos percursos formativos por famílias, jovens e empregadores (especificamente vertente profissionalizante);
- Rede viária e de transportes deficitária que compromete o acesso a ofertas formativas fora do concelho de Vila Nova de Cerveira, bem como aos pólos industriais e habitacionais;
- Não adesão dos alunos aos cursos formativos com maior potencial de empregabilidade;
- Desencontro entre as qualificações detidas pelas pessoas e as que o mercado de trabalho procura, o que leva a falta de mão de obra qualificada e não qualificada;
- Falta de oportunidades de trabalho / ocupação (remunerada) para pessoas que se encontrem em desvantagem no acesso ao mercado “regular” de emprego (por exemplo, pessoas com deficiência e/ou incapacidade);
- Dificuldade de fixação de jovens e adultos no Concelho, devido a dificuldades relacionadas com a habitação, entre outras.

Eixo 3 - Envelhecimento



OPORTUNIDADES:

- Programas e Projetos já implementados com sucesso (boas práticas no território);
- Existência de Programa de Voluntariado do Município (Banco Local de Voluntariado);
- Existência de respostas sociais (ERPI, SAD, Centro de Dia e Centro de Convívio);
- Valorização do Regime do Maior Acompanhado;
- Valorização do Estatuto do Cuidador Informal;
- Território com potencial de implementação de Centros Intergeracionais.

CONSTRANGIMENTOS:

- Insuficiente capacidade da resposta social ERPI no território;
- Envelhecimento demográfico;
- Desertificação do território;
- Vulnerabilidade económica (rendimentos insuficientes / baixas reformas);
- Habitações sem condições de conforto.

Eixo 4 - Deficiência e Incapacidade



OPORTUNIDADES:

- Existência do Decreto de Lei n. 94/2019 (Quotas de emprego para pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%);
- Possibilidade de realizar ações de sensibilização através das escolas;
- Possibilidade de realizar formação em contexto de trabalho.

CONSTRANGIMENTOS:

- Envelhecimento dos cuidadores (cuidadores a precisar de cuidados);
- Falta de dados atualizados relativamente à área da deficiência: diagnóstico com levantamento de dados e necessidades existentes no território.

6. Implementação e Avaliação do PDS

6.1. Implementação do PDS do Concelho de Vila Nova de Cerveira

O presente PDS resulta de uma definição conjunta de eixos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, refletindo assim uma visão integrada e perspetivando uma intervenção concertada no âmbito da intervenção social no concelho de Vila Nova de Cerveira.

Ao definir como estratégia transversal o reforço da intervenção em rede no concelho, o PDS 2022-2025 visa promover e fortalecer a participação e articulação colaborativa entre parceiros na concretização das ações propostas neste documento. Desta forma, considera-se que será possível garantir uma maior eficiência, eficácia e adequabilidade do PDS à realidade concelhia, refletindo-se em respostas sociais no território de maior qualidade.

Nesta perspetiva, o PDS pretende servir de *“enquadramento e orientação a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, quer no âmbito da operacionalização do Plano pelo CLAS (através do Plano de Ação) ou fora dele, procurando vincular as iniciativas de todos os atores relevantes no desenvolvimento social do concelho”*⁶. Com este fim, torna-se imperativo a elaboração de **planos de ação** por cada eixo estratégico enquanto etapa chave para a operacionalização do PDS, através da implementação de programas, projetos e/ou ações (já existentes ou a criar), de âmbito mais restrito, sempre em linha com as grandes estratégias e objetivos definidos no presente documento.

Nesta senda, a não definição de prioridades nas ações propostas é um convite ao planeamento negociado com os parceiros envolvidos e à tomada de decisão partilhada entre parceiros no que diz respeito à implementação das mesmas.

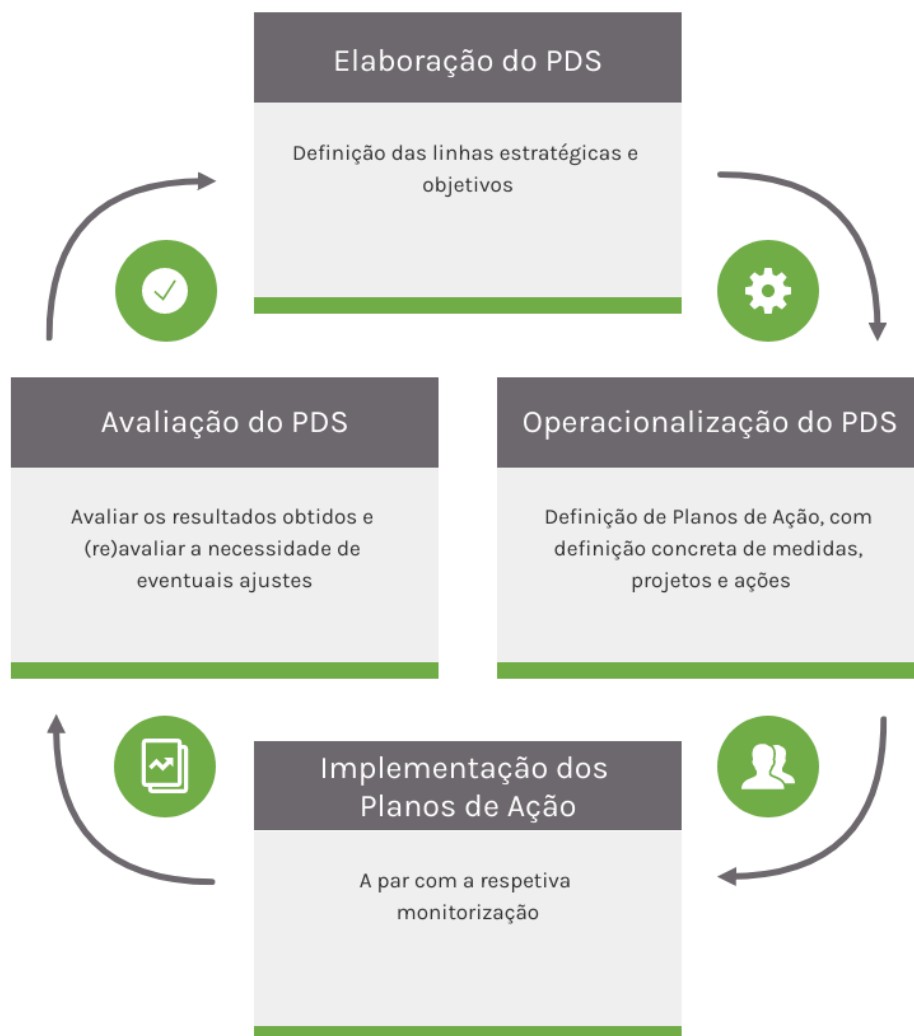
Um plano de ação deve contemplar⁷:

- Definição de atividades e tarefas;
- Identificação de atribuições de cada entidade envolvida e das pessoas responsáveis em cada entidade pela execução das tarefas;
- Identificação geográfica das atividades (territórios);
- Definição de calendário associado às atividades definidas;
- Definição dos recursos que são necessários mobilizar e dos métodos de atuar.

Ainda no âmbito do planeamento estratégico, é fundamental prever, enquanto etapas do planeamento, a **monitorização** dos referidos planos de ação, assim como a **avaliação** da implementação do PDS, num processo que se pretende dinâmico.

⁶ Fonte: IDS (2002). Plano de Desenvolvimento Social

⁷ Fonte: IDS (2002). Plano de Desenvolvimento Social



6.1.1. Recomendações para a implementação

Como já referido o reforço da intervenção em rede constitui-se como fator essencial para a implementação do plano que se apresenta. Neste sentido, e tendo em vista o desenvolvimento de uma intervenção social mais eficaz, é fundamental dinamizar e potenciar o próprio funcionamento da Rede Social, através do fortalecimento da articulação e comunicação entre as entidades parceiras e os diferentes atores sociais.

Nesta medida, recomenda-se a implementação de estratégias capazes de potenciar e facilitar a articulação em rede, tais como:

- ➔ Mapeamento atualizado das respostas, programas e projetos existentes no concelho, por cada eixo estratégico, com a identificação das entidades envolvidas no seu desenvolvimento;

- ➔ Definição de metas realistas, negociadas e partilhadas por todos os atores, com definição dos responsáveis por cada ação e os mecanismos a utilizar para reporte, no âmbito dos planos de ação a elaborar;
- ➔ Definição de um plano de comunicação transversal ao PDS, com ações concretas, que acompanhe todo o processo de implementação e permita dar visibilidade aos resultados alcançados;
- ➔ Implementação de um sistema de informação partilhado (ex.: plataforma digital interinstitucional), que permita o reporte das ações realizadas e a partilha de outra informação relevante para a implementação do PDS (ex.: candidaturas, fontes de financiamento, boas práticas);
- ➔ Dinamização de momentos de reflexão em grupo (alargado e/ou restritos) ao longo do processo, formação e intervenção por área temática;
- ➔ Disponibilização de formação aos técnicos das instituições parceiras da Rede em áreas/temas relevantes constantes nos vários eixos estratégicos do PDS, de forma a permitir a clarificação de conceitos e a partilha de metodologias, técnicas e de instrumentos relevantes.

6.2 Avaliação do PDS do Concelho de Vila Nova de Cerveira

A avaliação deve permitir monitorizar os níveis de concretização, bem como identificar pontos de reorientação ou de reforço das ações. Avaliar o processo permite-nos qualificar a intervenção, a partir da aferição da adequabilidade dos objetivos definidos e da perceção dos reais impactos da implementação das ações para o desenvolvimento social concelhio, bem como identificar as principais dificuldades e boas práticas, possibilitando reajustes/reformulações das ações propostas que conduzam a uma maior adequação à realidade.

É desde aqui que se propõe a implementação de um **sistema de monitorização e avaliação do PDS 2022-2025**, que deverá ser contínuo e transversal a todo o processo e organizado em torno de dois eixos:

- a) Monitorização, onde deverão ser utilizados indicadores de dimensão operacional e estratégica (indicadores de execução constantes nas matrizes de planeamento). A monitorização que resulta da comparação entre o planeado e o efetivamente executado permitirá assegurar um acompanhamento contínuo da implementação, devendo, por isso ser realizada de forma mais regular, com periodicidade a ser definida pelo CLAS;
- b) Avaliação, que deverá contemplar a utilização de indicadores de impacto que permitam aferir as mudanças decorrentes da implementação do PDS junto dos públicos-alvo, através da definição de critérios e de questões de avaliação.

Desta forma, a definição dos critérios de avaliação que irão orientar a reflexão crítica da implementação do PDS, os quais devem contemplar a definição de questões de avaliação e a identificação de indicadores (de monitorização e de impacto), fontes, métodos e instrumentos de recolha e os responsáveis por essa recolha.

Não obstante o facto de caber ao CLAS a definição de todas estas dimensões, apresentamos de seguida uma possível proposta de matriz de avaliação, organizado por alguns critérios

considerados como particularmente importantes nas avaliações de intervenções para o desenvolvimento⁸, a saber:

- ➔ **Relevância e Coerência:** avalia a adequabilidade dos objetivos definidos no PDS face às necessidades e áreas prioritárias identificadas, em sede de diagnóstico. Foca a avaliação da coerência e adequação entre objetivos, ações e resultados/metaprevistas.
- ➔ **Eficiência:** centra-se na avaliação da relação entre os efeitos produzidos pela ação e os recursos mobilizados.
- ➔ **Eficácia:** avalia a contribuição dos resultados obtidos para o alcance dos objetivos estratégicos definidos no PDS, ou seja, em que medida os objetivos foram atingidos, ou se espera que sejam alcançados.
- ➔ **Impacto:** centra-se na avaliação dos impactos produzidos pela implementação do PDS, ou seja, em que medida as ações e/ou projetos desenvolvidos provocaram mudanças positivas ou negativas, intencionais ou não.
- ➔ **Sustentabilidade:** avalia a probabilidade de continuidade dos benefícios produzidos pelo PDS após o seu término.

Critério de avaliação	Questões de avaliação	Indicador(es)	Fontes
Relevância e Coerência	A estratégia de intervenção (incluindo finalidades, objetivos e respetivas ações) é relevante face às necessidades diagnosticadas em diagnóstico?	Coerência entre finalidades/ objetivos/ ações e problemas/necessidades identificadas	Relatórios de atividade Dados de monitorização
	As ações implementadas e os resultados alcançados são coerentes com os objetivos inicialmente definidos?	Coerência entre as ações e os resultados a alcançar e as mudanças previstas nos objetivos	Atores chave/entidades envolvidas na implementação (perceção)
Eficiência	Os resultados produzidos com a implementação do PDS, implicaram um investimento adequado e razoável de recursos?	Adequação entre recursos financeiros utilizados e objetivos/resultados alcançados	Registos do PDS (recursos implicados por ação)
Eficácia	Os objetivos e resultados previstos foram alcançados?	Taxa de concretização dos objetivos e resultados definidos	Registos das metas previstas (indicadores de execução)
Impacto	A implementação do PDS permitiu responder às necessidades dos públicos e territórios previstos?	Distribuição dos resultados alcançados por públicos, territórios e entidades	Registo dos resultados alcançados
	A implementação do PDS gerou impactos de longo	Evidência de mudanças produzidas para além das	Taxa de concretização de objetivos estratégicos

⁸ Com base nos critérios de avaliação da OECD (OECD, Evaluating Development Cooperation, 2nd Edition, p. 13-14).

	prazo nos públicos, entidades e territórios previstos?	diretamente garantidas pelas ações do PDS (verificação de concretização dos objetivos estratégicos)	Atores chave/entidades envolvidas na implementação (perceção) População abrangida pelas ações desenvolvidas (perceção)
Sustentabilidade	As respostas/projetos/ações criados, no âmbito da implementação do PDS, têm condições para se manterem após 2025?	Existência de contratualização a médio/ longo prazo das respostas criadas	Contratos das respostas criadas

6.2.1 Recomendações para a avaliação

Tendo em vista um sistema de monitorização e avaliação partilhado, recomenda-se a conceção e implementação de estratégias facilitadores do processo:

- ➔ Diversidade na natureza da informação, prevendo a utilização de indicadores qualitativos e quantitativos;
- ➔ Adoção de uma abordagem multi-método no que diz respeito aos métodos, instrumentos e estratégias de recolha de informação;
- ➔ Utilização de metodologias participativas como princípio fundamental na recolha de informação, assegurando que todos os atores implicados são envolvidos;
- ➔ Manutenção de um processo de avaliação contínuo, contemplando momentos de *feedback* que permitam uma reflexão *ongoing* acerca da implementação e a redefinição dos indicadores de avaliação se for caso disso;
- ➔ Realização de relatórios intermédios, que conduzam a pistas para o reforço ou atualização dos planos de ação.

7. Referências Bibliográficas e sites consultados

Direção-Geral da Saúde. Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025 (Despacho n. º12427/2016).

Direção-Geral da Saúde (2006). Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas. Lisboa: DGS.

Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa (2013). Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental – 1º Relatório.

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021 – 2025 (ENIPD). Despacho nº 15/MTSSS/2019, de 29 de julho de 2020. Aceder em: <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf/5bce7969-0918-4013-b95d-2a5a35a870c5>

Schiefer, U. et al. (2006). MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos. São João do Estoril: Principia.

Sites consultados:

<https://www.cm-vncerveira.pt/>

<https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1484&langId=en>

http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf



CERVEIRA
VILA DAS ARTES



logframe
⠠ ⠠ ⠠ ⠠ ⠠ ⠠ ⠠ ⠠ ⠠ ⠠ ⠠ ⠠